

TERRITORIALIZAÇÃO E DESTERRITORIALIZAÇÃO DO BANDO DE LAMPIÃO NA PARAÍBA (1923-1926)

GUERHANSBERGER TAYLLOW AUGUSTO SARMENTO²⁶⁸

UFRN

guehansbegerlastro@hotmail.com

RESUMO

Este trabalho investiga o processo de territorialização/desterritorialização do bando de cangaceiros chefiado por Virgulino Ferreira da Silva, a partir das relações de poder que esse líder bandoleiro manteve com uma rede de agenciadores e opositores, entre os anos de 1923 e 1926, no Estado da Paraíba. Partimos do pressuposto que o sustentáculo alimentador era a espacialidade do bando de Lampião, a qual pode ser entendida a partir de dois pontos fundamentais, a resistência e o agenciamento, ambos pensados através da ótica de Deleuze e Guattari (1997), no seu *Tratado de Nomadologia*. Elencamos dois tipos de fontes a serem exploradas neste trabalho: os jornais, que divulgaram notícias sobre Lampião e seu bando; e a primeira biografia de Lampião escrita pelo jornalista Érico de Almeida, ambos produzidos dentro do recorte proposto.

Palavras-chave: Lampião; Territorialização/Desterritorialização; Relações de poder; Espaço.

O presente artigo busca refletir sobre o processo de territorialização do bando de cangaceiros chefiado por Virgulino Ferreira da Silva, mais conhecido como Lampião (1898-1938), na Paraíba, entre os anos de 1923-1926. Esse texto é fruto das nossas primeiras impressões acerca da pesquisa de mestrado que estamos desenvolvendo desde o início do primeiro semestre deste ano.²⁶⁹

A escrita da história como elemento da operação historiográfica, como nos diz Michel de Certeau²⁷⁰, parte de questões levantadas no tempo presente, estando permeadas pelas múltiplas influências que o lugar de produção exerce sobre o trabalho do historiador. Com isso, as preocupações que nos levaram a produzir este texto partem das discussões que buscam pensar a relação entre história e espaços.

²⁶⁸ Aluno vinculado ao Programa de Pós-Graduação em História, na UFRN/NATAL, que tem como área de concentração: História e Espaços.

²⁶⁹ Desenvolvemos atualmente a pesquisa intitulada: *VIRGULINO CARTOGRAFADO: RELAÇÕES DE PODER E TERRITORIALIZAÇÃO DO CANGAÇO ENQUANTO ESPAÇOS DE ATUAÇÃO DO BANDO DE LAMPIÃO (1918-1928)*, sob orientação do Prof. Dr. Durval Muniz de Albuquerque Júnior.

²⁷⁰ CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2015. p. 56-108.

Desde os trabalhos de Lucien Febvre, em *O Reno: História, mitos e realidades* (1935), e Fernando Braudel, em *O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrâneo na Época de Filipe II* (1949), que os historiadores (re)despertaram para a importância do espaço na compreensão das relações sociais, tendo em vista que o homem como *ser* e construtor do tempo, se constitui em *substratos espaciais materiais*²⁷¹ delimitados. Portanto, não é possível pensar a historicidade das ações humanas no tempo, deslocada da espacialização que as mesmas configuram e reconfiguram. Toda ação humana é criadora de espacialidades, ao mesmo tempo em que sofre suas influências, funcionam e emergem sempre na relação, na interação entre homem e natureza, homem e espacialidades.

Trabalharemos a noção de espaço na perspectiva do filósofo e historiador Michel de Certeau como sendo o lugar das práticas humanas. Segundo Certeau (1994), são as ações dos sujeitos que condicionam a produção dos espaços, entendidos como *locus* de vivências individuais e coletivas e configurados pelas práticas que conferem sentido, significado e geram representações neste, deste e para este espaço.

Lançamos mão do diálogo interdisciplinar entre história e geografia²⁷² para articular conceitos que permitem aos historiadores dos espaços estabelecerem conexões com os saberes desenvolvidos ao longo das últimas décadas pelos geógrafos. Com isso, buscamos tornar compreensíveis as práticas espaciais dos sujeitos e dos diferentes grupos sociais, percebendo quais os interesses que os conectam e como mobilizam o passado para criar espaços e territórios em suas multidimensionalidades.

O objetivo central desse diálogo é se apropriar de ferramentas conceituais desenvolvidas na geografia para testar na análise da produção espacial do bando de Lampião no Estado da Paraíba, entre os anos de 1923-1926. Essas espacialidades seriam, antes de tudo, produto de processos de territorialização/desterritorialização, num movimento constante de tecer e de desfazer redes de agenciamentos com protetores e

²⁷¹ De acordo com o geógrafo Marcelo Lopes de Sousa (2009), o *substrato espacial material* são as formas espaciais, os objetos geográficos tangíveis (edificações, campo de cultivo, feições “naturais” etc). Ou seja, a matéria que serve de suporte e referência para as práticas sociais. O autor lança mão desse termo como um esforço de separação do que ele chama de espaço concreto (matéria, objeto), do espaço social (constituindo pelas relações humanas). Pensamos ser interessante usar esse termo, pois entendemos que o espaço é sempre social, surge na relação e interação da prática social com os substratos materiais.

²⁷² Um ensaio introdutório do entrelaçamento da história com a geografia pode ser encontrado em: BARROS, José D’Assunção. **História, Espaço, Geografia: diálogos interdisciplinares**. Rio de Janeiro: Vozes, 2017.

*coiteiros*²⁷³ que possibilitavam a sobrevivência de Lampião e seu bando e seu exercício em uma dada área geográfica. Mas, antes de iniciar nossa análise, pensamos que seja necessário apresentar para os leitores como a dimensão espacial esteve por muito tempo esquecida pelos estudiosos do cangaço. E a partir daí, mostrar qual o lugar das nossas reflexões dentro dos estudos dessa temática e como podemos contribuir, apontando novos direcionamentos.

A ampla historiografia do cangaço pouco tem se preocupado em direcionar o olhar para os aspectos espaciais desse fenômeno, sobretudo porque uma notável parcela dos trabalhos ainda parte de lugares de produção permeados pelas preocupações memorialísticas e factuais. Podemos observar que quando o espaço aparece é visto como *dado*, preexistindo às práticas dos sujeitos e sendo apenas um receptáculo das mesmas. Já o território é *coisificado*, sendo confundido com o substrato material, ou seja, a terra, como se fosse possível existir território sem os campos de força e de sentido que emanam das relações sociais espacialmente delimitadas.

Em 1917, foi publicada a primeira edição do livro *Heróis e bandidos: os cangaceiros do Nordeste*.²⁷⁴ Trabalho que se tornou uma espécie de paradigma explicativo para os estudos do cangaço, tendo em vista que diversos pesquisadores tomaram Gustavo Barroso como ponto de apoio para reflexões posteriores sobre o banditismo. Por conseguinte, podemos dizer que Barroso se notabilizou como um autor que Foucault denominou de: *fundador de discursividade*. Ou seja, o autor que possibilita a formação de outros textos a partir dos seus escritos.²⁷⁵

De acordo com Ferreras (2003), o principal aspecto do livro escrito pelo memorialista cearense é a função estabelecida pelo meio ambiente, sendo decisivo para a compreensão e explicação da forma cultural dos habitantes do sertão nordestino. O meio exerceria uma influência ímpar na produção das formas em que a sociedade se desenvolve e transforma seus indivíduos. Portanto, a condição humana passaria a ser

²⁷³ Barros (2007) trabalhou a diferença entre coiteiros e protetores. Para ela, os primeiros eram os fazendeiros de pequeno e médio porte, que agenciavam os cangaceiros seja porque eram chantageados, seja porque eram beneficiados pelas relações comerciais mantidas com esse tipo de banditismo. Já os protetores eram os grandes fazendeiros membros da elite nordestina, ligados às esferas dos poderes políticos que agenciavam os cangaceiros a partir do litoral, das capitais dos estados do Nordeste. Ver em: BARROS, Luitgarde Oliveira Cavalcanti. **A derradeira gesta: Lampião e Nazarenos guerreando no sertão**. 2. ed. Rio de Janeiro: Mauad, 2007.

²⁷⁴ É importante destacar que, em 1930, Barroso também escreveu outro livro sobre o cangaceirismo, intitulado: **Almas de lama e de aço: Lampião e outros cangaceiros**. Nesse livro, Barroso criticou a desmoralização e os aspectos sociais e políticos da chamada “República Velha” que, para ele, eram os principais produtores do atraso e do cangaceirismo no sertão nordestino.

²⁷⁵ Ver em: FOUCAULT, Michel. O que é um autor? In: _____. **Ditos e escritos: estética – literatura e pintura, música e cinema** (v.3). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011. p. 264-298.

definida pelo meio ambiente que, por sua vez, condiciona os comportamentos humanos. O cangaceirismo se constituiria como fruto do seu meio natural, como afirma Barroso:

O clima sertanejo tem a máxima culpa na produção da cangaceiragem [...] foi a alma do sertão que moldou e fundiu a do cangaceiro. A fim de viver nessa região agreste, batida pelo sol, e demasiadamente sóbrio. O eterno combate contra o meio inóspito desenvolve-lhe a coragem e a resistência. A ameaça continua de perceber dá-lhe o fatalismo e estóica resignação para todos os males (BARROSO, 2012, p. 23-24).

O determinismo geográfico é lançado por Barroso como uma forma explicativa para a análise das causas e motivações do cangaceirismo. A justificativa pela influência do meio social também será um dos pilares de sustentação no processo de construção do mito em torno do cangaceiro. Ao recorrer à historiografia do tema, é comum percebermos a repetição do discurso de *vitimização* pelas circunstâncias vivenciadas pelos indivíduos que passaram a usar o cangaço como forma de vida. O caso mais conhecido é o de Lampião,²⁷⁶ que justificou sua entrada no cangaço para matar Zé Saturnino e José Lucena: o primeiro, acusado de ser o causador das intrigas familiares com os Ferreiras; e o segundo, de ter matado seu genitor.²⁷⁷

O espaço em Barroso é entendido através das teorias deterministas do século XIX, pelas quais o social poderia ser explicado através das condições geográficas que determinavam a conduta humana. Nenhuma prática espacial dos sujeitos envolvidos no cangaço seria capaz de alterar essa condição geográfica, pois tudo já estaria determinado pelo meio natural. O cangaceiro seria um simples reflexo do seu *substrato espacial e material*, todas as suas ações poderiam ser explicadas e justificadas pelo isolamento sertanejo e pelas intempéries de uma sociedade excludente marcada pela corrupção, analfabetismo, seca e fome.

Na década de 1960 o cangaço adentra como tema nas universidades brasileiras (mas ainda sem problematizar o espaço), com a interpretação marxista de Rui Facó, no livro *Cangaceiros e Fanáticos* (1963), publicado post mortem. Seguindo a perspectiva da luta de classes, o autor defendeu que o cangaceirismo e o fanatismo seriam uma resposta a concentração fundiária da terra, passando a ser entendidos como exemplos de

²⁷⁶ Virgulino Ferreira da Silva, o Lampião, atuou entre os anos de 1918-1938. É a figura mais conhecida do cangaço, sendo constituído pelos múltiplos projetos de memória, como imagem representativa do ser nordestino e fonte rentável atrativa dos projetos políticos em torno do turismo.

²⁷⁷ A essa prática discursiva de Lampião, Frederico Pernambucano de Mello definiu como “escudo ético”. Em outras palavras, é o uso do chamado “código de honra sertanejo” que obrigava a vingança da morte dos seus pais para justificar a vida cangaceira. Ver em: MELLO, Frederico Pernambucano de. **Guerreiros do sol: violência e banditismo no Nordeste do Brasil**. 5. ed. São Paulo: A Girafa, 2011.

emancipação dos pobres, de insubmissão e estímulo de lutas para os camponeses e militantes da esquerda contemporâneos ao autor do livro.

Já nos anos de 1970, o cangaço foi sendo analisado à luz da sociologia, cujos autores se dedicaram a elaborar modelos explicativos sobre as causas sociais para o seu surgimento.²⁷⁸ Destacam-se os trabalhos de Maria Chistina Matta Machado (1969) e, sobretudo, Maria Isaura Pereira de Queiroz (1977). Para essa última autora, no período de atuação de Lampião, o cangaço era independente da proteção dos coronéis, o que ela mesma intitulou de *cangaço independente*. Porém, a despeito da importância dessas ideias no contexto em que foram produzidas, acreditamos que essa linha explicativa deve ser repensada, uma vez que a força do cangaceiro está diretamente atrelada às relações de poder e dependência que os mesmos eram capazes de estabelecer com muitos coronéis do sertão nordestino.

A preocupação sociológica na análise das causas desse fenômeno segue presente nos estudos de Frederico Pernambucano de Mello, em *Guerreiros do Sol*, publicado em 1985 – trabalho que se tornou referência obrigatória para os leitores dessa temática. Contudo, pouco conseguiu se distanciar das interpretações anteriores, inclusive, tendo como principal referência os trabalhos do memorialista cearense Gustavo Barroso, produzidos ainda nos primeiros anos da República.

Foi apenas no ano de 1995 que o espaço do cangaço Lampiônico foi tomado como objeto de estudo, mesmo de forma pouco problematizadora e aprofundada, na dissertação apresentada por Jorge Luiz Mattar Villela,²⁷⁹ ao curso de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Santa Catarina. Esse trabalho não se destaca apenas por ser o primeiro a problematizar a dimensão espacial da atuação do bando de Lampião, ele se notabiliza (até os dias atuais) na historiografia do tema por ser o único a colocar o espaço como questão de análise. Parece-nos relevante o fato de ser um antropólogo e não um historiador o primeiro a perceber o potencial das categorias de espaço e território para compreender as vivências do bando de cangaceiros mais afamado do país. Além do mais, são raríssimas as referências que os escritos recentes dos historiadores do cangaço fazem ao trabalho de Villela. Relevando por um lado, a

²⁷⁸ Maria Chistina Mata Machado (1969); Maria Isaura Pereira de Queiroz (1977) e Frederico Pernambucano de Mello (1985) elencaram as seguintes causas sociais para o surgimento do cangaço: secas, isolamento sertanejo, domínio do latifúndio e brigas familiares.

²⁷⁹ A dissertação foi defendida com o título: A organização espacial do cangaço sob a chefia de Virgulino Ferreira da Silva, Lampião (1922-1938) ou como produzir território em movimento.

falta de conhecimento do seu texto e, por outro, a continuidade do desinteresse do horizonte socioespacial desse fenômeno.

Contudo, é preciso mostrar os distanciamentos das nossas reflexões em relação a dele. Em grande medida, Villela procurou entender de que forma o bando de Lampião foi capaz de construir um território através de seu próprio movimento constante. Embora o autor tenha deixado claro a sua defesa da importância do agenciamento de Lampião por parte de alguns protetores e coiteiros, não conseguiu descrever como se davam essas relações e como elas proporcionaram a produção dos espaços de atuação do bando do *Rei dos Cangaceiros*. O autor enxerga no deslocamento e na ideia de movimento essa territorialização, não problematizando os mecanismos e estratégias políticas que deram curso a esse movimento enquanto constituição de territórios.

Enquanto Villela esteve interessado na velocidade dos movimentos que desfazem e desmontam trajetos previamente estabelecidos (como estradas)²⁸⁰ e que criam territorialização sem centros, estamos preocupados nos movimentos de conexão, de encontros entre Lampião e seus protetores. São esses movimentos de entrecruzamentos no processo de tessituras de redes de agenciamentos que proporcionam esse cangaceiro se territorializar e criar espaços de atuação para seu bando. A permanência por 20 anos no cangaço esteve atrelada ao potencial de barganha que Lampião possuía frente aos seus agenciadores e apoiadores. Essas relações são tratadas por nós como sendo atravessadas pelas relações de poder.²⁸¹

Autores como Raffestin (1993) e Marcelo Lopes de Sousa (2014), propõe pensar a noção de território associado às multidimensões do exercício do poder (cultural, político, econômico). Sendo assim, o território é um campo de forças, relações de poder operando em um *substrato espacial material* delimitado. O território não pode ser confundido com a matéria e, portanto, será abordado no sentido mais amplo do termo,

²⁸⁰ Essa perspectiva é interessante para pensar a espacialidade do bando. A tática de desfazer e desmontar trajetos prévios para evitar a captura é o que entendemos como práticas espaciais. Segundo Certeau (1994), o que espaço se difere do lugar, pois esse último aparece como estratégia de ordenar e controlar o cotidiano dos sujeitos. Nesse sentido, a construção de estradas significa estabelecer pontos fixos no trajeto. Já o espaço, marcado pelas táticas de resistências, burlam e reconfiguram os lugares por meio das práticas espaciais dos sujeitos.

²⁸¹ Pode-se dizer que essas relações não estavam limitadas a tão imaginada imposição de poder de cima para baixo, que partiria do macro para as micro-relações, por parte do Estado ou grupo social dominante. O que existia nesse jogo é uma relação extremamente complexa, elaborada nas mais básicas relações sociais, ou seja, uma *microfísica do poder*.²⁸¹ Segundo Foucault (1979), o poder deve ser analisado como algo que circula, ou melhor, como algo que só funciona em cadeia. Nunca está localizado aqui e ali, nunca está em mãos de alguns, nunca é apropriado como uma riqueza ou um bem. O poder funciona e se exerce em rede. Nas suas malhas, os indivíduos não só circulam, mas estão sempre em posição de exercer este poder, de sofrer sua ação, ou de resistir a ele; nunca são alvos inertes ou consentidos do poder, são sempre centros de transmissão.

não somente como uma área geográfica pertencente a uma nação, com uma unidade política e administrativa, mas como um conceito de espaço vivenciado/praticado pelos agentes sociais que, através de estratégias e táticas, contribuem para a produção dos espaços. Acreditamos que a produção do espaço é permeada pelas relações de poder e de sentido, sendo assim, o processo de espacialização é territorializante. Isso mostra também o caráter móvel do território,²⁸² podendo operar tanto na continuidade quanto na descontinuidade espacial.

Influenciado pelas leituras da dupla Deleuze e Guattari, Haesbaert (2016) direciona seu olhar para uma abordagem processual do território. Na qual o território é visto como um *devenir*, um permanente movimento de tornar-se e desfazer-se, ou seja, não existe território sem seus vetores de saída e, por sua vez, não existe saída do território (desterritorialização),²⁸³ sem, ao mesmo tempo, um esforço para se reterritorializar em outras bases (HAESBAERT, 2016, p. 99-101). Sendo assim, pensar a territorialização do bando de Lampião é perceber o movimento duplo de des-reterritorialização. São esses os movimentos que nos interessam. No primeiro momento um movimento de territorialização, pelo qual Lampião vai mobilizar agenciamentos e constituir redes de proteção e, no segundo momento, o processo de perda desses agenciamentos (desterritorialização), o que vai culminar na necessidade de novas conexões para se reterritorializar em outras bases. Segundo Haesbaert (2016), os agenciamentos são moldados nos movimentos de territorialização e desterritorialização, uma vez que todo agenciamento é territorial e duplamente articulado. Podendo marcar não só as entradas no território, mas também suas saídas (*linhas de fuga* – nos termos de Deleuze e Guattari).

Lampião opera esses agenciamentos através da *máquina de guerra nômade*²⁸⁴ constituída por seu bando de cangaceiros, que tem como características por um lado, o

²⁸² Geógrafos como Raffestin (1993); Marcelo Lopes de Sousa (2014); Haesbaert (2016) colocam em cheque o *mito* da exclusividade territorial, uma vez que para eles o território circula e pode ser percebido até nas relações microscópicas.

²⁸³ Haesbaert vai mostra em seu livro o *mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade*, que os sujeitos que acreditam que o homem pode viver sem territórios, que a sociedade pode existir sem territorialidade, são aqueles que cultuam o *mito da desterritorialização*. Ver em: COSTA, Rogério Haesbaert da. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. 9. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2016. p. 337-373.

²⁸⁴ A ideia de *máquina de guerra nômade* perpassa por toda a obra da dupla Deleuze e Guattari, mas foi mais bem desenvolvida no quinto volume de Mil platôs. A noção de máquina significa operação em fluxo e corte de agenciamentos. Enquanto que a guerra nômade abrange as potências de destruição e criação ao mesmo tempo. É por essa razão que as forças do Estado tentam capturar para *devenir* máquinas de guerra, pois essas *máquinas de guerra nômade* estando em liberdade podem colocar em cheque o território do

seu poder destrutivo e desterritorializante e, por outro, sua capacidade de operar como uma máquina, produzindo agenciamentos e criando territórios. É bom lembrar que esses agenciamentos são entendidos em uma relação mútua e recíproca, os dois percorrem um ao outro, intervêm um no outro, sendo entendido sempre na horizontalidade das relações e não na hierarquização das mesmas.

Durante sua intensa vida como cangaceiro, Lampião chegou a arrecadar riquezas invejáveis. Os saques, os pedidos de regaste e os inúmeros bilhetes extorquindo dinheiro dos moradores das vilas e cidades do interior de sete estados do Nordeste (Pernambuco, Paraíba, Ceará, Alagoas, Rio Grande do Norte, Bahia e Sergipe) foram os principais meios de arrecadação para alimentar os seus agenciamentos e abastecer o seu bando. Segundo Mello (2011), essas práticas eram suficientes, inclusive para as atividades de agiotagem junto aos coronéis. A diferença estava no fato de que enquanto os coronéis alimentavam suas riquezas extorquindo o erário público por meio das engrenagens do Estado, Lampião se beneficiava via atos ditos como fora da lei. Por muito tempo a historiografia buscou separar o cangaceiro do coronel, mas até que ponto os dois não se encontram? Não seriam duas formas diferentes de práticas de expropriação que se alimentam do suor da sociedade sertaneja? A ponto de um emprestar serviços ao outro e vice-versa?

O que estamos querendo enfatizar é que os agenciamentos aconteciam no movimento recíproco, todos os envolvidos se beneficiavam de alguma forma. É o que mostram Villela e Marques (1999):

Lampião e seus cangaceiros não significavam apenas ameaça, mas sob muitos pontos de vista, de muitos sertanejos, constituíam um meio dos mais eficazes de proteção. Proteção que em si mesma foi objeto de comércio dos cangaceiros: o pagamento de uma quantia exigida garantiu por todo lado propriedades intactas, a salvo entre outras coisas dos ataques dos próprios cangaceiros, cujo poder de guerra era tão superior que mais valia pagar para não ser uma vítima. A astúcia de Lampião converteu sua própria ameaça em proteção. Se a ameaça de Lampião era constante e conscientemente explorada pelo cangaceiro, a sua amizade não implicava apenas sacrifício a temerosos sertanejos. Lampião soube compensar com prodigalidade aqueles que lhe prestavam favores de toda espécie, fosse um conhecido, fosse um desconhecido que o acaso levasse a encontrar em seu caminho. Pagar sem nenhuma parcimônia um almoço oferecido ou solicitado, espalhar como esmola montantes elevados de dinheiro aos pobres, esbanjar bebida e comida nas festas, promover bailes por onde passava, eram atitudes habituais de Lampião, bem como a violência que infligia (VILLELA; MARQUES, 1999, p. 127-128).

Estado baseado no monopólio da força. Ler em: DELEUZE, G. e GUATTARI, F. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia**, vol. 5. ed. 34. São Paulo: Editora 34, 1997.

O que nos chamou atenção no texto citado foi o fato de que o poder destrutivo da *máquina de guerra nômade* de Lampião lhe possibilitou transformar o medo em agenciamentos e, assim, criar territórios. Contudo, esses agenciamentos eram alimentados por Lampião através da sua habilidade de recompensar os valores, como em um constante exercício de dar e receber. Os proprietários de terra se agenciavam²⁸⁵ com Lampião não só pelo medo de ter suas propriedades violentadas, mas pelo fato de poder lucrar no comércio ilegal de armas e suprimentos, como também usufruir da proteção dos cangaceiros para intimidar seus rivais locais. Por sua vez, os cangaceiros se beneficiavam do apoio logístico desses proprietários em múltiplos sentidos, desde as aquisições de armas e suprimentos até os tratamentos médicos, como nos primeiros idos de 1924, quando Lampião passou meses tratando de um grave ferimento no pé nas propriedades da destacada família Pereira Diniz de Princesa Isabel na Paraíba.

Agora já temos condições de entrar na análise do processo de territorialização/desterritorialização do bando de Lampião na Paraíba. Iniciaremos em 1923, pois através das leituras dos jornais da época podemos notar que é a partir desse ano que o bando de Lampião vai concentrar suas ações na fronteira dos Estados da Paraíba e Pernambuco. Sobretudo entre os anos de 1923-1924, eram comuns notícias dos cangaceiros do bando de Lampião entre as atuais cidades pernambucanas de Serra Talhada, Triunfo, e São José de Belmonte, e a cidade paraibana de Princesa Isabel.

Nos anos anteriores, Lampião tinha concentrado suas ações nos Estados de Pernambuco e Alagoas. Sendo o primeiro a sua terra natal, nascendo e vivendo sua adolescência no sítio Passagem das Pedras, no atual município de Serra Talhada. Após se envolver em uma briga com seu vizinho José Alves de Barros, o José Saturnino, Lampião e seus familiares tiveram que se mudar para a localidade chamada Poço do Negro, a cerca de 2 km do centro de Nazaré do Pico, atual distrito do município de Floresta em Pernambuco. Aí se envolveria em novos conflitos, desta vez, com os moradores de Nazaré que não aceitavam o fato de Lampião e seus dois irmãos, Antônio e Livino Ferreira, andarem armados na então vila. Novamente a família Ferreira se desterritorializa, para se reterritorializar no Estado de Alagoas, onde Lampião e seus dois irmãos entraram no bando de saqueadores chefiado pelo seu tio Antônio Matilde.

²⁸⁵ Por essa não ser a pretensão deste artigo é importante destacar que Lampião se agenciava com sujeitos de várias camadas sociais, como vaqueiros, pequenos proprietários, padres, familiares, chefes políticos e membros das forças policiais.

Depois que Matilde deixou o bando, Lampião e seus irmãos entraram para o grupo de cangaceiros dos irmãos Porcinos, para em seguida, mais especificamente no ano de 1920, entrar para o bando de Sebastião Pereira e Silva, o famoso Sinhô Pereira.

Envolvido na luta secular entre Pereiras e Carvalhos,²⁸⁶ Sinhô Pereira foi um grande mestre na arte do cangaceirismo para Lampião. Para Chandler (1981):

Não foi só experiência no campo de batalha que Lampião aprendeu com Sebastião Pereira. Aprendeu também como se comporta um bandido profissional, principalmente em seu relacionamento com as comunidades maiores. Foi apresentado a todos os parentes, amigos e protetores de Pereira, alguns dos quais lhe prestariam muitos favores no futuro. Deve-se levar em conta que a família de Sebastião Pereira era uma das que tinha mais prestígio nos sertões de Pernambuco; valia a pena conhecê-la, e também, seus amigos. É bem provável que o imaturo bandido tenha também aprendido que as autoridades, incluindo a polícia, nem sempre devem ser consideradas como inimigos implacáveis. Podiam, também, em certas ocasiões, ser subornadas (CHANDLER, 1981, p. 51).

Em 1922 Sinhô Pereira deixa o cangaço e vai para o Estado de Goiás em busca de reconstruir sua vida longe dos conflitos familiares na microrregião do Pajeú pernambucano. Com isso, Lampião assume a chefia do bando e vai se tornar o cangaceiro mais afamado do Nordeste. Mesmo Sinhô Pereira estando longe, os seus ensinamentos serão seguidos e aperfeiçoados por Lampião. Esse último não era de família tradicional como o seu ex-comandante, mas se destacaria como nenhum outro cangaceiro no trato com as famílias do mais alto escalão da sociedade sertaneja, se agenciando com personagens de notória influência seja na política, na economia ou na religião. Para Chandler (1981), os acordos entre Lampião e a sociedade sertaneja chegaram ao auge durante o período de 1923 a 1926. Justamente no momento que Lampião agrupou suas atividades na fronteira entre Paraíba e Pernambuco como mencionado anteriormente.

Foi no segundo semestre de 1923 que Lampião se instalou, para uma estadia de diversos meses, na comarca de Princesa Isabel, cidade paraibana que está situada em uma zona montanhosa, com vegetação espessa e com chuvas regulares. Sua base principal era a pequena vila de Patos do Irerê, quase na divisa com Pernambuco.

²⁸⁶ Para mais informações entre a briga familiar entre Pereiras e Carvalhos, ver: SOARES, Cristiano Emerson de Carvalho. **Pereiras e Carvalhos: Uma história da espacialização das relações** (Serra Talhada-PE). 2015. Dissertação (mestrado) - Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 2015. 149p.

Segundo Chandler (1981) a escolha se deu, como de costume, por Lampião dispor ali de um aliado, visto que essa região era comandada pelo influente Coronel Marçal Florentino Diniz. Um homem bem adestrado na arte de proteger e manter relações com cangaceiros. Tinha também fortes relações políticas; o mais poderoso chefe político dos sertões da Paraíba, José Pereira Lima, era seu genro. Zé Pereira, como era chamado, não só dominava a comarca de Princesa Isabel, mas sua influência se estendia por uma vasta área da Paraíba e de Pernambuco. Lampião já conhecia esses dois potentados desde o tempo que fazia parte do bando de Sinhô Pereira e não seria coincidência esse novo encontro. Em conversas com o escritor Nertan Macêdo no ano de 1975, Sinhô Pereira lembrava de Zé Pereira como sendo um dos seus parentes mais ilustres.²⁸⁷

Além disso, foi com Marcolino Pereira Diniz (filho do Coronel Marçal Florentino Diniz), que Lampião construiu uma sólida relação de amizade. Com relações como estas, Lampião e seu bando viviam às claras em Princesa. Os cangaceiros, não temendo a polícia, entravam na cidade e caminhavam livremente pelos bares. Alguns soldados alojados na cidade ficaram irritados com a tolerância para com os bandidos, mas não podiam fazer nada. A liderança de Zé Pereira era tal, que na sua comarca, a polícia (que na maioria dos casos eram nomeados pelo próprio coronel) fazia apenas o que ele ordenava (CHANDLER, 1981. p. 63).

É bem *verdade* que a relação de Lampião com Zé Pereira não era tão aberta como a que articulou com Marcolino. Esse fato pode ser explicado, sobretudo porque Zé Pereira era uma figura pública e sua ligação com Lampião poderia comprometer os seus interesses na política paraibana. Seria o ataque dos cangaceiros à cidade de Sousa no interior da Paraíba, que colocaria em cheque os agenciamentos de Zé Pereira com o bando de Lampião.

Era início de 1924, após um ataque surpresa das forças pernambucanas, Lampião saiu gravemente ferido, tendo que passar entre dois a três meses sendo tratado na fazenda do seu amigo Marcolino. Enquanto isso, o seu bando sob o comando dos seus dois irmãos (Antônio Ferreira e Livino Ferreira) e do cangaceiro paraibano Francisco Pereira Dantas (conhecido como Chico Pereira) atacaram a influente cidade de Sousa, no dia 27 de julho de 1924. Oliveira (2009) aponta para a participação incisiva dos

²⁸⁷ MACÊDO, Nertan. **Sinhô Pereira**, o comandante de Lampião. Rio de Janeiro: Ed. Artenova, 1975. p. 21.

Pereiras de Princesa Isabel na trama desse ataque, fornecendo homens e armas para facilitar o êxito dos cangaceiros em Sousa. Em troca, receberia parte do arrecadado no saque. Em síntese, Lampião não autorizaria a movimentação do seu bando para um ataque dessa proporção sem o consentimento dos seus aliados.

O sucesso desse ataque acabou sendo prejudicial para Lampião e seus homens, pois em Sousa, diferentemente das humildes vilas que seu bando costumava saquear, residiam famílias de prestígio. Por isso que acreditamos que poderia ter sido muito mais vantajoso para os interesses de Lampião em terras paraibanas se os cangaceiros não tivessem tido êxito em Sousa. Roubar e violentar sertanejos sem posse não representava as mesmas consequências se essas ações recaíssem sobre famílias de prestígio econômico e político.

Os feitos dos cangaceiros em Sousa tiveram como foco principal a tradicional família Mariz, como também os Gadelhas e Gonçalves, seus rivais na disputa política municipal. Essa escolha se justifica pelos interesses do cangaceiro Chico Pereira no ataque. Esse último teve o pai assassinado no ano de 1922 pelos desdobramentos dos conflitos da política sousense, sendo assim, com esse saque Chico Pereira vislumbrava a oportunidade de vingar a morte do pai atacando os principais membros da família Mariz.

Após o ataque a Sousa, o bando de Lampião vai começar ser fortemente perseguido pelas forças do Governo paraibano. Diante da situação, os Pereiras de Princesa Isabel aconselharam Lampião a deixar a região, visto que sua segurança não poderia mais ser garantida. Nesse momento, Zé Pereira assume outra posição neste jogo. De protetor passou a arregimentar homens (com o patrocínio do Estado da Paraíba) para combater o bando de Lampião. Uma boa estratégia para continuar lucrando com a chamada indústria do cangaço e, ao mesmo tempo, provar para os seus aliados políticos o seu comprometimento com a luta contra o cangaceirismo. Por outro lado, Lampião vai resistir com sua *máquina de guerra nômade* queimando e destruindo algumas propriedades que pertenciam ao coronel Zé Pereira. O cangaceiro e seu bando entram em uma linha de fuga, num processo de desterritorialização na Paraíba, buscando novos agenciamentos, indo se reterritorializar no Cariri Cearense em 1926.

Nesse processo desterritorializante Lampião perdeu o primeiro irmão a lhe acompanhar na sua trajetória no cangaço, Livino Ferreira, no ano de 1925, na localidade chamada Baixa do Tenório, no município de Flores (PE), em combate com as forças da Paraíba e de Pernambuco. Nesse momento as ações contra o bando de Lampião em

terras paraibanas já estavam sob a chefia de Zé Pereira, que a partir de outubro de 1924 passou a ser financiado pelo seu aliado João Suassuna, Presidente do Estado da Paraíba entre os anos de 1924-1928. Neste mandato, Zé Pereira usufruiu dos investimentos da indústria do cangaço, financiando homens para proteger suas propriedades e aumentando seu arsenal bélico. Podemos dizer com isso, que Zé Pereira e seus jagunços que antes compunham máquina de guerra devem Estado, tornam-se representantes da ordem, ao ter em suas fileiras forças para enfrentar as ameaças da *maquina de guerra nômade* de Lampião.

Vale lembrar que a primeira biografia de Lampião, escrita pelo jornalista Érico de Almeida, foi produzida nesse contexto. No ano de 1926, a Imprensa Oficial do Estado da Paraíba publicou a primeira biografia de Lampião. Segundo Cardoso (1996), o texto foi encomendado pelo então Presidente João Suassuna e auspiciada pelo Deputado José Pereira Lima (Zé Pereira, de Princesa Isabel). Essa escrita tinha como objetivo denegrir a imagem de Lampião e exaltar o combate ao cangaceirismo pelo Estado, comandado por seus representantes: João Suassuna, no litoral; e Zé Pereira, no sertão.

O livro de Érico de Almeida apresentou um claro projeto de memória: construir uma identidade de combate ao cangaceirismo, ressaltando os esforços de João Suassuna, a quem o autor tratou de “o anjo do bem”. Para esse fim, reservou o primeiro capítulo do livro, chamado: *O bandidismo e a ação do presidente João Suassuna*. Como toda memória é seletiva, permeada pela dialética da lembrança e do esquecimento, o escritor buscou lembrar que o Governo paraibano não media esforços para combater o cangaceirismo. Ao mesmo tempo, iniciou uma luta para que as acusações feitas a João Suassuna e José Pereira Lima, de serem protetores de cangaceiros, caíssem no esquecimento.

A importância aqui da primeira biografia de Lampião é perceber como sua escrita está atravessada por alguns interesses que nos apontam para os campos de forças que constituíram o processo de territorialização/desterritorialização do bando de Lampião na Paraíba. Não temos pretensões neste artigo de fazer uma análise mais aprofundada dessa biografia, uma vez que o nosso objetivo ao citá-la foi outro.

Não foi exclusividade do governo paraibano a mudança de postura frente às atuações do bando de Lampião. Em 1926, Estácio Coimbra assume a presidência de Pernambuco e nomeia Eurico de Souza Leão para o cargo de chefe de polícia do Estado. Esse último estipulou como meta primeira, desarticular as redes de proteção que

Lampião costurou no sertão pernambucano. Eurico de Souza Leão deduziu que a principal força deste cangaceiro estava na sua capacidade de articular agenciamentos e operar em redes. Sua luta para pressionar os protetores de Lampião surtiu efeito, e o processo de desterritorialização do bando que já vinha acontecendo na Paraíba também ganhou força em Pernambuco.

O apogeu do cangaço lampiônico em terras pernambucanas e paraibanas entrou em declínio no ano de 1926, a *máquina de guerra nômade* teria que operar em novas direções, criar outros agenciamentos, produzir territorialidades outras. Nada melhor para Lampião do que se reterritorializar no Cariri Cearense com a *benção* do Padre Cícero do Juazeiro do Norte, e sob a proteção do renomado coronel Isaías Arruda de Aurora, no estado do Ceará. Mas esses novos movimentos territorializantes deixaremos para acompanhar em outros trabalhos!

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. **A invenção do Nordeste e outras artes**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

ALMEIDA, Érico de. **Lampeão**. João Pessoa: Editora Universitária, 2013.

BARROSO, Gustavo. **Heróis e bandidos: os cangaceiros do Nordeste**. 2. ed. Rio de Janeiro - São Paulo - Fortaleza: ABC Editora, 2012.

CARDOSO, José Romero Araújo. **Nas veredas da terra do sol**. Mossoró: FUNDAÇÃO VINGT-UN ROSADO, 1996.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2015.

_____. **A invenção do cotidiano: 1 - artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 1994.

COSTA, Rogério Haesbaert da. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. 9. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2016.

CHANDLER, B. J. **Lampião, o rei dos cangaceiros**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
DELEUZE, G. e GUATTARI, F. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia**, vol. 5. ed. 34. São Paulo: Editora 34, 1997.

FACÓ, Rui. **Cangaceiros e fanáticos**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

FERRERAS, Norberto O. Facundo no Sertão: Gustavo Barroso e o cangaçeirismo. **História & Perspectivas**, Uberlândia, v. 29, n. 30, Jul./Dez. 2003/Jan./Jun. 2004.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

MACÊDO, Nertan. **Sinhô Pereira, o comandante de Lampião**. Rio de Janeiro: Ed. Artenova, 1975.

MACHADO, Maria Chistina Mata. **As táticas de guerra dos cangaceiros**. Rio de Janeiro: Laemmert, 1969.

MELLO, Frederico Pernambucano de. **Guerreiros do sol: violência e banditismo no Nordeste do Brasil**. 5. ed. São Paulo: A Girafa Editora, 2011.

OLIVEIRA, Bismarck Martins de. **Cangaceiros de Lampião: de A a Z**. Campina Grande: Impressos Adilson, 2012.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **Os cangaceiros**. São Paulo: Duas Cidades, 1977.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

SOARES, Cristiano Emerson de Carvalho. **Pereiras e Carvalhos: Uma história da espacialização das relações (Serra Talhada-PE)**. 2015. Dissertação (mestrado) - Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 2015. 149p.

SOUZA, M. J. L. de. *O território: sobre o espaço e poder, autonomia e desenvolvimento*. In CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (org). **Geografia: conceitos e temas**. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014. p. 77 - 116.

_____. Território da Divergência (e da confusão): em torno das imprecisas fronteiras de um conceito fundamental. In: SAQUET, Marcos A. ; SPOSITO, Eliseu S. (Organizadores). **Território e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Ed. Expressão Popular/Unesp Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2009. p. 57-72.

VILLELA, Jorge Luiz Mattar. **A organização espacial do cangaço sob a chefia de Virgulino Ferreira da Silva, Lampião (1922-1938) ou como produzir território em movimento**. 1995. Dissertação (mestrado) - Programa de Pós-graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Santa Catarina. 1995. 176p.

VILLELA, J. M & MARQUES, A. C. O poder e o território do bandido: reflexões sobre Lampião, o rei do cangaço. **ILHA**, Florianópolis, n. 0, outubro de 1999, p. 119.138.